

# **A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: UM ESTUDO PRELIMINAR NO ESTADO DA BAHIA**

**Prof. Me. Leonardo Thompson da Silva**

Professor e Pesquisador do IFBA- Campus Porto Seguro  
Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional – GPDR (IFBA/CNPq)

[leonardothompson@gmail.com](mailto:leonardothompson@gmail.com)

# **A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: UM ESTUDO PRELIMINAR NO ESTADO DA BAHIA**

## **RESUMO**

O artigo apresenta uma discussão sobre a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e suas implicações nas dinâmicas das cidades médias e pequenas no estado da Bahia. Especificamente, busca-se: descrever o processo de expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) no Brasil e nas cidades médias e pequenas da Bahia; mapear a distribuição espacial dos IF's e seus *campi* no Brasil apresentando a nova configuração geográfica dos IF's na Bahia; e identificar desigualdades e desequilíbrios regionais dos IF's no território baiano. Este estudo tem como base uma abordagem qualitativa e quantitativa utilizando procedimentos metodológicos como discussões teóricas, estudos empíricos, dados estatísticos e cartográficos para esclarecer o fenômeno da atual expansão educacional tecnológica no âmbito regional. Os resultados preliminares dessa pesquisa demonstram a importância do entendimento das transformações advindas do processo de expansão dos IF's. Essa análise espacial tem a expectativa de contribuir para o planejamento, gestão e (re)ordenamento das ações de expansão de novos *campi* e sua inter-relação com o desenvolvimento das localidades.

Palavras Chave: Política Educacional, Desenvolvimento Regional, Cidades, Estado da Bahia

## **INTRODUÇÃO**

A discussão sobre a influência das instituições educacionais e sua contribuição ao desenvolvimento local e regional vem despertando o interesse de pesquisadores, ocupando cada vez mais espaço nos debates, seminários acadêmicos e publicações sobre o assunto.

É fundamental a contribuição de investigações sobre temas como espacialização do processo educacional, regionalização do ensino nos diversos níveis, aspectos locais dos estabelecimentos de ensino, desequilíbrios e desigualdades regionais na educação, centralização e descentralização de políticas públicas educacionais, pois estes estudos vêm contribuindo para um melhor planejamento educacional em um município, região, estado ou país.

A Geografia por ser a ciência que estuda os lugares, espaços, regiões e territórios e suas complexas inter-relações entre homem/espaço, sociedade/natureza tem dado sua contribuição nesse debate. Cada vez mais geógrafos apontam reflexões e direcionamentos sobre a institucionalização de novos arranjos territoriais e seu reatamento no desenvolvimento local e regional.

Diante deste contexto, o problema se inicia com os seguintes questionamentos que serviram de base para o desenvolvimento da pesquisa: Como se dá o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil e nas cidades médias e pequenas do estado da Bahia? Quais as contribuições ao desenvolvimento local e regional? Quais os critérios utilizados na descentralização? Como se dá a distribuição espacial dos IF's no Brasil? E na Bahia? Como fica a nova configuração?

O tema deste artigo é merecedor de análise científica devido à representatividade e significado dessa política pública de expansão da educação profissional brasileira e sua interdependência com o desenvolvimento social, cultural e econômico das diversas localidades e regiões. “A distribuição dos serviços educacionais coloca, portanto, importantes problemas relacionados com a organização do espaço geográfico” (SILVA, 2008, p.6).

Há necessidade do conhecimento das transformações advindas da expansão dos Institutos Federais na Bahia para auxiliar no planejamento integrado, gestão e (re)ordenamento do sistema educacional técnico profissionalizante. A Geografia, com sua análise crítica, tende a colaborar, utilizando de uma abordagem espacial e regional com critérios de análise de eficiência e equidade para a compreensão da organização espacial do ensino profissional do território baiano.

### **DISCUSSÕES TEÓRICO-APLICADAS: INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO E CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS**

Nesse espaço, ressaltam-se discussões aplicadas à temática que demonstram a relevância e viabilidade deste artigo. Inicia-se com os estudos realizados por Sylvio B. de Mello e Silva, Barbara-Christine N. Silva e Maina P. Silva. Os pesquisadores analisam a organização espacial do sistema educacional do Estado de Roraima, relacionando-o com a rede urbana e debatendo questões de centralização e descentralização. Ao discutir a espacialização do processo educacional, apontam os aspectos ligados à localização como um importante problema a ser abordado. Onde localizar as escolas? Qual será sua área de influência? Como garantir acessibilidade a grande parte da população? De acordo com os autores essas questões são relevantes, pois

O desafio é o de encontrar mecanismos de localização e interação que assegurem plenamente o atendimento dos preceitos constitucionais. Assim, onde localizar uma escola e para quem ela é destinada (o seu raio de influência) são questões fundamentais no planejamento da educação em um país, região, estado e município (SILVA; SILVA; SILVA, 2008, p.5).

Na discussão sobre localização, acessibilidade e interação dos sistemas de educação, está implícita a problemática da centralização e da descentralização. Centralizar pode interferir nos critérios de equidade ao acesso e descentralizar pode interferir nos critérios de eficiência espacial.

[...] por exemplo, uma excessiva centralização em poucos centros urbanos ou em poucos bairros, ou ainda em poucos espaços rurais, muitas áreas deixarão de ser atendidas no todo ou em parte. No outro extremo, o da exagerada descentralização do sistema educacional, a eficiência do mesmo poderá ser bastante afetada com a pulverização dos recursos e com custos muito altos. É preciso, portanto, encontrar estruturas e processos que garantam, de um lado, padrões de eficiência para o sistema educacional e padrões de equidade no que tange o acesso aos serviços educacionais por parte da população onde quer que ela esteja (SILVA; SILVA; SILVA, 2008, p.5).

Nesse sentido, a busca pelo equilíbrio entre os critérios de eficiência e equidade passam a ser fundamentais no planejamento de novas unidades de ensino. “todo esse processo educacional deve ser constantemente avaliado quanto a sua eficiência e equidade, inclusive em termos pedagógicos” (SILVA; SILVA; SILVA, 2008, p.13). Adequar as estruturas espaciais educacionais às necessidades da sociedade pode levar a um melhor desenvolvimento econômico e social das localidades.

Ao apresentar suas discussões sobre as “Cidades Pequenas e Médias: reflexões teóricas e aplicadas no território baiano”, Sylvio Bandeira Mello e Silva, utilizou como base a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller (1966) para analisar a espacialização do ensino superior na Bahia. Ele ressalta que a interiorização das universidades federais, estaduais e das instituições particulares na Bahia contribui para equidade espacial da oferta de cursos superiores no território baiano. Segundo o autor, estas “exercem um papel muito importante no sistema urbano-regional [...] tendo um expressivo papel distributivo junto às cidades pequenas e médias no interior do estado da Bahia” (SILVA, 2010, p.103).

O autor ressalta que a expansão do ensino superior na Bahia

não tem ocorrido por força de políticas públicas urbano-regionais (princípio da administração, segundo Christaller) mas sim, em função do crescimento do mercado, especialmente pela dinâmica da urbanização, provocando a ampliação da demanda (princípio de mercado), que precisa ser atendida com menores custos de deslocamento (princípio da circulação)” (SILVA, 2010, p. 103).

Diferentemente, se dá o processo de expansão dos Institutos Federais de Educação Profissional, que vem, notadamente, ocorrendo por força de uma política pública federal que une a educação, ciência e tecnologia às questões relacionadas ao desenvolvimento local e regional.

Sylvio menciona em seu texto a forte descentralização que vem sendo executada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), levando seus cursos técnicos e superiores para as cidades médias e pequenas “rompendo com a primazia da região metropolitana”. Nesse contexto, o autor justifica a relevância destes estudos, pois, segundo ele “A expansão acima esta sendo tão intensa e rápida que torna necessária, em curto prazo, uma avaliação integrada com base em critérios de eficiência e equidade espaciais” (SILVA, 2010, p.103).

As transformações que têm envolvido a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica demonstram, esta perspectiva de desenvolvimento, “posto que refletem cumplicidade e engajamento regional para com os atores sociais regionais/locais”. Portanto, a expansão, com a perspectiva de totalizar 566 *campi*, alargando a Rede por todo “o tecido social do país, por meio da sua interiorização o que a transforma em uma das mais importantes estruturas públicas potencialmente indutoras do desenvolvimento regional/local e da resolução de demandas sociais” (OBSERVATÓRIO, 2009, p.12).

O pesquisador Wendel Henrique, ao investigar o papel das universidades na produção do espaço urbano e regional de cidades médias e pequenas da Bahia, ressalta as novas dinâmicas urbanas presentes no município de Cachoeira, região do recôncavo baiano. Wendel destaca as importantes transformações advindas do processo de implantação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB, e aponta mudanças na localidade

“[...] transformações na estrutura de comércio/serviços como surgimento de *apart* hotéis, *delicatessen*, copiadoras, livrarias e cafés, que foram impulsionadas pela instalação da UFRB, que também, insere novos tempos e novas temporalidades na cidade, a partir da chegada, de novos moradores (professores, estudantes universitários e funcionários), com suas “necessidades”, novos desejos e novos consumos” (HENRIQUE, 2009, p. 97).

Entretanto, os resultados da pesquisa apontam para um intenso processo de tensões e conflitos socioculturais, destacando o “empobrecimento e uma exclusão de moradores do local, das “benesses” do desenvolvimento econômico” com a chegada da UFRB. Dados coletados em campo e entrevista destacam “transformações perversas no cotidiano local, como o aumento do consumo de drogas, dos preços dos aluguéis, e a

invisibilidade dos moradores antigos para os novos moradores e usuários” (HENRIQUE, 2009, p. 99).

Jorge Frota Jr. discute em seu texto “O Papel das Universidades no Desenvolvimento Regional” e ressalta que as universidades e institutos federais devem ter o efetivo compromisso com a solução dos problemas e desafios de seu contexto econômico-social.

Em todos os países desenvolvidos do mundo, o ensino superior é um dos principais pilares de sustentação do desenvolvimento econômico, social e cultural. Ao longo dos séculos, o papel das universidades sempre esteve afeto à sua utilização pela sociedade como instrumento de desenvolvimento e progresso. Os países que souberam aproveitar as potencialidades dessas instituições cresceram e ficaram fortes (FROTA JR., 2012, p.1).

Esses e outros estudos demonstram a relevância da problemática da inserção de novas universidades e institutos federais de ensino, pois estes transformam significativamente o cotidiano das localidades e das regiões onde são implantados. Entender essas transformações nos diversos espaços contribui para o planejamento, gestão e (re)ordenamento das ações de expansão de novos *campi* e sua inter-relação com o desenvolvimento local e regional. A compreensão desses conflitos reduz erros, e sinalizam percursos para maximizar as possibilidades e as potencialidades entre a relação educação, ciência e tecnologia e a temática de desenvolvimento local e regional.

## **A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL**

No Brasil, constata-se nos últimos anos, uma expansão sem precedentes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Atualmente, a Rede é composta pelos Institutos Federais de Educação, Universidades Tecnológicas, Centros Federais de Educação Tecnológica e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades. A expansão se dá, sobretudo, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), num processo denominado de *Ifetização*.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estas instituições têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país. São 38 institutos, com 314 campi espalhados por todo o país, além de várias unidades avançadas, atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica (PACHECO, 2008, p.9).

Com uma estrutura *multicampi* os Institutos Federais se relacionam diretamente com as localidades e regiões. “É neste sentido que os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional” (PACHECO, 2008, p.10).

A Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, institucionalizou o compromisso de os institutos federais atuarem/se inserirem em seus contextos regionais. Os incisos I e II do art. 6º, seção II, versam que a oferta e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica devem ter vistas “na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. E, ainda, no inciso IV do mesmo artigo afirma que os Institutos Federais têm por finalidade e característica “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais”. Portanto, assumiu destaque neste processo o papel que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia devem assumir no contexto regional em que se inserem. Contextos que se materializam por meio de diversos níveis de territorialidades como municipal, microrregional, mesorregional, estadual e regional (SILVA, 2009, p.45).

Até 2002, existiam 126 unidades de educação profissional, porém, na 1ª fase da expansão, realizada de 2003 a 2010, foram implantados 232 novos *campi* dos Institutos Federais. A 2ª e 3ª fase, já em andamento, tem a previsão, de mais 208 novos *campi* instalados até o fim de 2014. Ou seja, serão 440 novos IF's, num total de 566 distribuídos no território brasileiro (Ver Figura 1 e Tabela 1).

Na recente transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram ampliadas as atribuições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Atribuições como desenvolvimento e inovação, atividades de extensão e cumplicidade com o desenvolvimento regional, passaram a assumir centralidade no que tange à atuação institucional. (OBSERVATÓRIO, 2009, p.8).



Preexistentes - 1909 a 2002



1ª Fase Expansão - 2003 a 2010



2ª Fase expansão previstos – 2011 a 2012



3ª Fase expansão previstos – 2013 a 2014

Figura 01 – Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Fonte: MEC/SIMEC, 2012.

As universidades federais também passam por esse processo, mas com quantitativo bem menor do que os institutos. Nesse sentido, percebe-se uma nítida política pública federal de interiorização da educação profissional, desconcentrando os investimentos dos grandes centros urbanos para áreas de cidades médias e pequenas, tudo isso, com objetivo claro de ampliar e democratizar o acesso a educação técnica, mas principalmente, contribuir para o desenvolvimento local e regional do espaço brasileiro.



Tabela 1 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica por Estado do Brasil

Estados	Preexistentes 2002	1ª Fase 2003-2010	2ª Fase 2011-2012*	3ª Fase 2013-2014*	Total de IF's
Acre	0	1	3	1	05
Alagoas	4	0	7	4	15
Amapá	0	0	2	2	04
Amazonas	4	6	0	4	14
Bahia	12	12	2	9	35
Ceará	5	17	1	6	29
Distrito Federal	0	2	7	1	10
Espírito Santo	6	11	1	2	20
Goiás	6	7	4	5	22
Maranhão	4	10	4	8	26
Mato Grosso	3	7	1	3	14
Mato Grosso do Sul	0	1	6	3	10
Minas Gerais	4	37	8	6	55
Pará	7	6	1	5	19
Paraíba	6	3	3	6	18
Paraná	8	13	3	7	31
Pernambuco	8	6	1	9	24
Piauí	5	9	3	3	20
Rio de Janeiro	8	18	1	7	34
Rio Grande do Norte	5	12	1	3	21
Rio Grande do Sul	12	12	9	7	40
Rondônia	1	4	1	1	07
Roráima	1	1	1	1	04
Santa Catarina	8	16	7	3	34
São Paulo	3	18	8	8	37
Sergipe	3	0	3	4	10
Tocantins	2	4	0	2	08
Total de IF's	126	232	88	120	566

\* Previstos

Fonte: MEC/SIMEC, 2012.

A tabela 1 demonstra a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e sua distribuição pelos estados brasileiros. Vale destacar que até 2002, os estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal, não possuíam unidades de ensino federal tecnológico. Observa-se que com a prospecção de novos *campi* até o fim de 2014, estes chegarão, a 05 unidades no Acre, 04 no Amapá, 10 no Mato Grosso do Sul e 10 no Distrito Federal. Um estado que merece destaque na expansão e descentralização é Minas Gerais, crescendo de 04 escolas técnicas em 2002 para 55. Até o final de 2014 o estado terá a maior quantidade de *campi* da Rede Federal, seguido pelo Rio de Janeiro com 40, São Paulo com 37 e Bahia com 35. Os dados da expansão dos IF's demonstram o dinamismo nos diversos estados brasileiros.

A criação de novas unidades de ensino descentralizadas pauta-se por importantes objetivos como: elevação da oferta de matrículas, interiorização da rede, criação de instituições em estados até então não atendidos pela rede federal, entre outros. Merece citação o critério que definiu a localização das novas unidades, com base na identificação de cidades pólos em mesorregiões. Este caminho aprofundará a contribuição da rede federal ao desenvolvimento sócio-econômico de diversas regiões, permitirá o acolhimento de um público, historicamente, posto à margem de políticas de formação profissional, entre outros benefícios, o que, sem dúvida, contribuirá para uma mais justa ordenação do território brasileiro a partir da inclusão de regiões há tempo excluídas das políticas públicas em Educação Profissional e Tecnológica (PEREIRA, 2009, p.1-2).

Além da distribuição por estado, pode-se destacar a difusão da Rede Federal por regiões do Brasil (Tabela 2). A região nordeste se encontra em posição de destaque nessa expansão, passando de 53 escolas técnicas em 2002 para uma perspectiva de 195 *campi* até o final de 2014, incorporando um total de 34% da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Gráfico 1).

Com os dados coletados percebe-se, um crescimento significativo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, o que demonstra um dinamismo nas cidades e regiões onde os institutos estão se instalando. Contudo, abre-se um importante espaço para discussões, pesquisas e estudos sobre essa política pública de expansão e descentralização da educação técnica e seu reatamento na dinâmica do desenvolvimento local e regional brasileiro. Portanto, no próximo subitem, apontam-se essas implicações no Estado da Bahia.

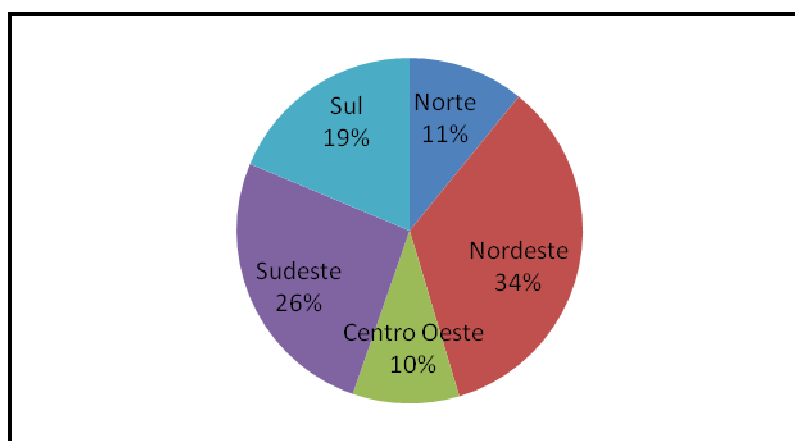
Tabela 2 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica por Regiões do Brasil

Região	Preexistentes 2002	1ª Fase 2003-2010	2ª Fase 2011-2012*	3ª Fase 2013-2014*	Total por Região
Norte	15	22	8	16	61
Nordeste	53	68	25	52	195
Centro Oeste	9	17	18	12	56
Sudeste	21	84	18	23	146
Sul	28	41	19	17	105
Total de IF's	126	232	88	120	566

\*Previstos

Fonte: MEC/SIMEC, 2012.

Gráfico 1 – Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica por Região do Brasil



\* Previstos até o fim de 2014.

## A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO E AS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS NO ESTADO DA BAHIA

Na Bahia, a expansão está sendo de grande importância. Até 2002 o estado possuía 12 escolas técnicas. De 2003 a 2010 foram instaladas mais 07 novos *campi* dos IF's e estão previstos mais 15 novos *campi* a serem implantados até o final de 2014. Ou seja, em quase 10 anos, serão 22 novos IF's distribuídos pelo território baiano, totalizando 35, ocupando a 4ª posição em número de *campi* no Brasil (Ver Figura 2 e Tabelas 3 e 4).

Hoje, a educação profissional tecnológica na Bahia é composta pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA, antigo CEFET/BA) com estrutura de 16 *campi* e 5 núcleos avançados e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) composto por 9 *campi*, portanto, totalizando, na atualidade, 25 *campi* dos IF's no espaço territorial baiano.

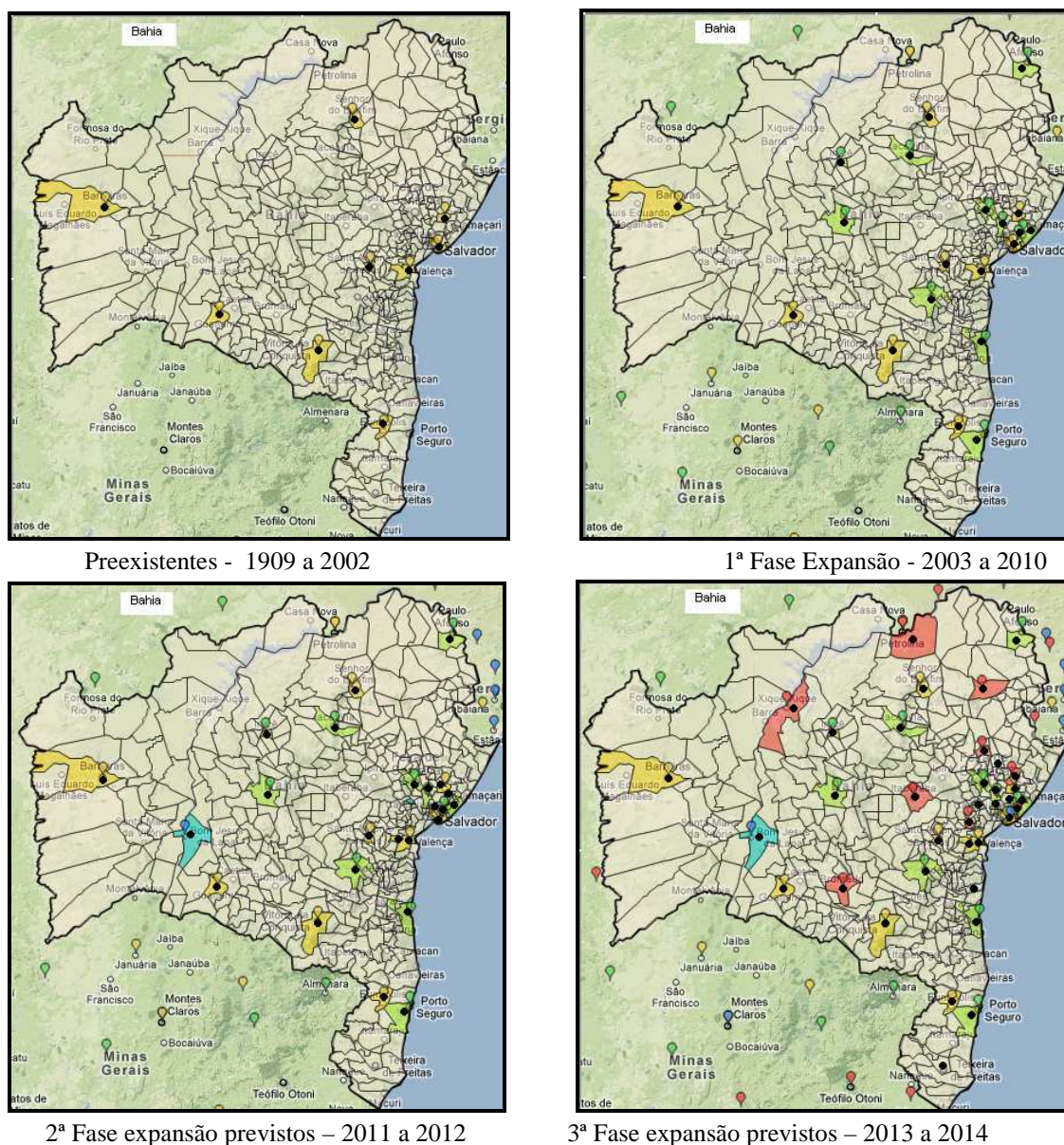


Figura 02 – Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado da Bahia.  
Fonte: MEC/SIMEC, 2012.

Tabela 3 – Estado da Bahia – Cidades, População, Institutos e Fases

Cidades	População 2010	Institutos	Fase de implantação
Alagoinhas	141.949	IFBAIANO	3ª Fase Expansão - previstos 2013-2014
Barreiras	137.427	IFBA	Preexistente - até 2002
Bom Jesus da Lapa	63.480	IFBAIANO	1ª Fase Expansão - 2003 a 2010
Brumado	64.602	IFBA	3ª Fase Expansão - previstos 2013-2014
Camaçari	242.970	IFBA	1ª Fase Expansão - 2003 a 2010
Catu	51.077	IFBA	Preexistente - até 2002
Dias D' Avila	66.440	IFBA	3ª Fase Expansão - previstos 2013-2014
Euclides da Cunha	56.289	IFBA	3ª Fase Expansão - previstos 2013-2014
Eunapolis	100.196	IFBA	Preexistente - até 2002
Feira de Santana	556.642	IFBA	2ª Fase Expansão - 2011-2012
Governador Mangabeira	19.818	IFBAIANO	2ª Fase Expansão - 2011-2012
Guanambi	78.883	IFBAIANO	Preexistente - até 2002
Ilheus	184.236	IFBA	1ª Fase Expansão - 2011-2012
Irecê	66.181	IFBA	1ª Fase Expansão - 2003 a 2010
Itaberaba	61.631	IFBAIANO	3ª Fase Expansão - previstos 2013-2014
Itapetinga	68.273	IFBAIANO	1ª Fase Expansão - 2003 a 2010
Jacobina	79.247	IFBA	1ª Fase Expansão - 2011-2012
Jequié	151.895	IFBA	1ª Fase Expansão - 2003 a 2010
Lauro de Freitas	163.449	IFBA	3ª Fase Expansão - previstos 2013-2014
Paulo Afonso	108.396	IFBA	1ª Fase Expansão - 2003 a 2010
Porto Seguro	126.929	IFBA	1ª Fase Expansão - 2003 a 2010
Salvador	2.675.656	IFBA	Preexistente - até 2002
Santa Inês	10.363	IFBAIANO	Preexistente - até 2002
Santo Amaro	57.800	IFBA	1ª Fase Expansão - 2003 a 2010
Santo Antonio de Jesus	90.985	IFBA	3ª Fase Expansão - previstos 2013-2014
Seabra	41.798	IFBA	1ª Fase Expansão - 2011-2012
Senhor do Bonfim	74.419	IFBAIANO	1ª Fase Expansão - 2003 a 2010
Serrinha	76.762	IFBAIANO	3ª Fase Expansão - previstos 2013-2014
Simões Filho	118.047	IFBA	Preexistente - até 2002
Teixeira de Freitas	138.341	IFBAIANO	Preexistente - até 2002
Uruçuca	19.837	IFBAIANO	Preexistente - até 2002
Valença	88.637	IFBAIANO	Preexistente - até 2002
Valença Tendo	88.637	IFBA	Preexistente - até 2002
Vitória da Conquista	306.866	IFBA	Preexistente - até 2002
Xique xique	45.536	IFBAIANO	3ª Fase Expansão - previstos 2013-2014

Fonte: MEC/SIMEC, 2012; IBGE – Censo 2010.

A tabela 3 destaca a distribuição dos IF's por município da Bahia, com os respectivos dados da população. Percebe-se que a expansão no Estado vem atingindo, sobretudo, as cidades médias do território baiano. Está ocorrendo um nítido processo de interiorização que interfere significativamente na dinâmica dessas localidades nos aspectos sociais, culturais e econômicos.

Observando os IF's por Mesorregião no Estado da Bahia (tabela 4), percebe-se a desigualdade da difusão entre as regiões, porém, com a expansão, os desequilíbrios têm reduzido, exceto na mesorregião do Extremo Oeste Baiano, que parece ter sido preterida nas fases de expansão dos IF's, permanecendo apenas com 01 *campus* do IFBA. Vale ressaltar que a mesorregião – Metropolitana de Salvador, com 9 *campi*, permanece como a região de maior aglomeração de *campi* dos IF's, isso devido, ao dinamismo econômico dos municípios que compõem essa mesorregião.

Tabela 4 – Estado da Bahia - Distribuição e Expansão dos IF's por Mesorregião

Mesorregiões da Bahia	Preexistentes 2002	1ª Fase 2003-2010	2ª Fase 2011-2012*	3ª Fase 2013-2014*	Total por Mesorregião
Extremo Oeste Baiano	1	0	0	0	1
Vale São Franciscano	0	2	0	1	3
Centro Sul Baiano	3	1	1	1	6
Sul Baiano	4	1	1	1	7
Centro Norte Baiano	0	1	2	1	4
Nordeste Baiano	1	0	0	3	4
Metropolitana Salvador	3	2	1	3	9
Total de IF's	12	7	5	10	34

\*Previstos

Fonte: MEC/SIMEC, 2012.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado, este estudo preliminar demonstra a representatividade dessa política pública de educação do Brasil. Entender a expansão dos Institutos Federais de Educação Tecnológica e suas implicações no desenvolvimento local e regional se fazem necessário. Entretanto, é preciso criar procedimentos metodológicos que estabeleçam

parâmetros para uma análise crítica integrada, que utilize critérios de eficiência e de equidades espaciais para compreender as (re)configurações e a organização espacial da educação profissional do território baiano.

Pensar o futuro de um Instituto federal é um ato de quem está preocupado com o destino dos profissionais que atuarão do mercado de trabalho brasileiro e saber se a instituição educacional esta realmente realizando sua função social. Pretende-se, dessa forma, contribuir para a compreensão da importância e da viabilidade do uso de prospecção como instrumento para se pensar o futuro dos Institutos Federais (MOURA, 2010, p. 5).

Tanto no Brasil, quanto no estado da Bahia, percebe-se um processo de expansão rápido e surpreendente, que modificam, principalmente, o cotidiano das cidades médias e pequenas. Alguns questionamentos permanecem em aberto, tais como, até que ponto essas políticas de expansão e descentralização minimizam as desigualdades e desequilíbrios socioeducacionais nas escalas intra e inter-regional? A expansão de novos campi tem ocorrido com planejamento, infraestrutura adequada e qualidade necessária para o desenvolvimento de suas atividades? Os cursos implantados nos novos *campi* dos IF's da Bahia se relacionam com as especialidades das localidades? Foram observados aspectos locacionais? E os arranjos produtivos locais? Quais os critérios utilizados na descentralização? Quais as dificuldades, perspectivas e tendências dessa expansão do IF's nas cidades médias e pequenas?

Esses e outros questionamentos demonstram a importância do entendimento das transformações advindas do processo de expansão dos IF's. Essa análise espacial tem a expectativa de contribuir para o planejamento, gestão e (re)ordenamento das ações de expansão de novos *campi* e sua inter-relação com o desenvolvimento das localidades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação - MEC/SIMEC. **Painel de Controle do MEC - Campus dos Institutos Federais**. Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/P>>. Acesso em 28 de mar. 2012.

FROTA JR., Jorge P. **O papel das Universidades no Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <[http://www.fiec.org.br/artigos/educação/papel\\_universidades\\_desenvolvimento\\_regional.htm](http://www.fiec.org.br/artigos/educação/papel_universidades_desenvolvimento_regional.htm)>. Acesso em: 01 de fev. 2012.

HENRIQUE, Wendel. **A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA**: notas preliminares de pesquisa. Geotextos, Salvador, vol.5, n. 1, p. 89-112, jul. 2009.

MOURA, Emanuel A. **Inserção dos Institutos Federais e o Desenvolvimento Local: um estudo de caso de Laranjal do Jarí – AP**. 51f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2010.

OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional e Local**. Goiânia: IFG, 2009.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti\\_evolucao.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf)>. Acesso em: 12 de mar. 2012.

PEREIRA, Luiz A. C. **A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos\\_caldas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_caldas.pdf)>. Acesso em: 09 de abr. 2012.

SILVA, Caetana J. R. (Org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009.

SILVA; Sylvio B. de M.; SILVA, Barbara-Christine N.; SILVA, Maina P. Rede Urbana e Educação em Roraima. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano X, n. 18, p. 5-14, dez. 2008.

SILVA, Sylvio B. de M. Cidades Pequenas e Médias: reflexões teóricas e aplicadas. IN: LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudo de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 93-108.